



# OS DESAFIOS DE ÁFRICA DO SÉCULO XXI

| Tema: **Artigos** | Autor: **Salatiel André Gilberto** |

---

Emails: [jiloislatiel@gmail.com](mailto:jiloislatiel@gmail.com)

## **RESUMO**

O presente artigo apresenta-se como um ensaio bibliográfico, tem por objectivos identificar os desafios que o continente africano tem enfrentado, no sentido de problematizá-los perante as novas dinâmicas internacionais, as novas tendências do Ocidente para o retorno para África e a necessidade do posicionamento de África na geopolítica internacional. Para a consecução do mesmo, recorreu-se a um desenho qualitativo que permitiu fazer uma descrição sobre a temática analisando aos avanços e retrocessos. Recorreu-se igualmente aos seguintes métodos de pesquisa: exploratória, bibliográfica, indutivo, histórico e dedutivo. A África no século XXI, tem enfrentado desafios vinculados às questões sócio-culturais, económicos, políticos e naturais como consequência da sua elevada taxa de natalidade, pouca produtividade, apesar das suas potencialidades naturais sofre com o síndrome da maldição dos recursos naturais e os desafios da sua democratização. Para a compreensão destes desafios foi necessário recuar para o século XIX no período de independências e pôs independências no século XXI. Esta temporalidade remete para três momentos que merecem uma (des) construção para melhor entendimento. O trabalho procura fazer uma abordagem sobre os desafios endógenos. Portanto, a África deverá realizar reformas estruturais para enfrentar os desafios do mundo multilateral e global no sentido de posicionar-se na arena internacional e demarcar-se da marginalização a que tem sido submetida.

**Palavras-Chave: Desafios e África.**

---

<sup>1</sup> Licenciado em Ensino da História em 2013, pela Universidade Agostinho Neto-UAN, Mestre

em Ensino da História em 2020, pelo Instituto Superior de Ciências da Educação- ISCED Huíla, professor de História e Antropologia do Liceu 257 da Arimba no Lubango e professor colaborador de Metodologia de Investigação Científica do Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo no Lubango.

## **1. Resenha histórica sobre a emergência dos Estados africanos**

É sabido que a África estabeleceu contactos no século XV com a Europa que prejudicaram e interromperam o seu desenvolvimento, por consequência do tráfico de negros africanos, escravatura e o trabalho forçado que contribuiu para a sua redução da capacidade produtiva, desorganização política e a destruição dos valores africanos (Mbokolo, 2012).

Com o estabelecimento da colonização efectiva após a Conferência de Berlim (1884-1885) os africanos viram-se forçados a perderem a sua soberania por consequência da marginalização política (Senise & Pazzinato, 2010). Para a sua libertação concorreram vários factores endógenos como o surgimento de organizações sindicais, movimentos políticos, movimentos proféticos, as independências do Gana a 6 de Março de 1957 e da Guiné Conacry a 2 de Outubro de 1958 que deram um alento significativo aos africanos que se encontravam sob jugo colonial (Ki-Zerbo, 2010; Mateus e Mateus, 2014).

Estes factores endógenos aproveitaram a almofada de ar fresco trazido pelos factores exógenos merecem destaque como: a I guerra mundial (1914-1918), a revolução Russa de Outubro de 1917; II guerra mundial (1939-1945), o movimento pan-africano sobretudo o V congresso de 1945 considerado o mais importante, a conferência de Bandung (1955) e a Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948. Estes acontecimentos permitiram a criação de um quadro político-legislativo e combustão que legitimaram as lutas para a autodeterminação contribuindo para aguçar do nacionalismo africano que permitiriam a criação de Estados modernos em África (Severino, 2009; Pazzinato & Senise, 2010).

As dinâmicas internacionais desde o fim da II Guerra Mundial e a emergência da guerra fria em 1947, criaram condição para a expansão dos movimentos de libertação nacional, tendo em conta que os países europeus saíram fragelizados desda guerra e apareceram duas superpotencias sem possessões colonais e ávidas de estender a sua influência em África. Foi neste contexto que estes movimentos alinharam-se nestas dinâmicas do mundo bipolar (Pazzinato e Senise, 2010).

Perante a colonização em África e tendo em conta o quadro internacional bipolar e a guerra fria, começava o período de luta anticolonial 1960-1990 que contava com apoio das superpotências mundiais. Os movimentos de libertação nacional em África e os Estados africanos à medida que foram alcançando a independência política foram alinhando com as ideologias das super-potências – Estados Unidos e a URSS, o que

aumentava cada vez mais as clivagens internas entre estes Estados independentes (Vicentino, 2006).

As clivagens internas e internacionais prejudicaram o desenvolvimento do continente africano, porque permitiu o surgimento de guerra por procuração que eliminou qualquer possibilidade de desenvolvimento por consequência da economia de guerra adotada por estes Estados que consistia em explorar matéria-prima e fazer a exportação para alimentar a guerra, e as poderosas indústrias em detrimento de investimentos em infraestruturas que garantiriam o seu desenvolvimento. Estes recursos se fossem transformados em África e posteriormente exportados serviriam como amortecedores perante o contexto internacional e potenciar a África.

Foi no quadro das guerras por procuração e expansão ideológica que os EUA e a URSS começaram a apoiar os movimentos de libertação nacional, em nome da defesa do capitalismo e do socialismo, com a prática de patrocinar guerras em África, que contribuíram ainda mais para a degradação do prestígio internacional de africano. Nesta perspectiva a partir das décadas de 70 e 80 do século XX o continente começava a apresentar uma tendência de agravamento de empobrecimento como consequência do agravamento da guerra fria (Mello e Costa, 2006).

Neste contexto os Estados africanos passaram a ser politicamente independentes de forma geral, mas com fortes desafios/problemas sociais, económicos e culturais que prevaleceriam no século seguinte. Esta situação reforça a ideia do professor Ki-Zerbo (2010) segundo a qual as independências africanas foram ilusórias, porque os nacionalistas não conseguiram perceber o dia posterior às independências políticas perante a situação sócio-económica, política e do contexto internacional último quarto do século XX.

Ainda assim entre 1960-1991, pode-se encontrar dois momentos políticos endógenos em África que merecem destaque e que de certa forma complicaram o processo de democratização em África e consequentemente o seu desenvolvimento sócio-económico. O período de adopção pelos Estados Africanos de regimes autoritários de cariz socialistas que não deram em África resultados desejados e o período de adopção de regimes democráticos e suas dinâmicas segundo os princípios Ocidentais que eram basicamente resumidos na realização de eleições que não trazia transformações profundas desejadas pelos africanos (Mello e Costa, 2006).

Esta situação internacional e entre os Estados africanos fez emergir em África segundo Patrick<sup>2</sup> (2003) entre 1960-2001 registaram-se 109 tentativas de golpes de Estado e 80 golpes de Estado efectivado, já na visão de Tsakidi<sup>3</sup> (2008) entre 1960-1990 foram evidentes 267 entre tentativas e golpes de Estado com sucesso numa tentativa de garantir a alternância política protagonizada por militares e ou agentes militarizados e em pleno século XXI como o aprofundar da democracia continuam os golpes de Estado constitucionais.

### **1.1.1. A adopção do regime democrático em África**

Após as independências em África, os líderes começaram a perceber a fragilidades dos seus Estados e as interferências externas que se traduziram as guerras civís que os levou a adoptar regimes com características vinculadas a um sistema monopartidário e ditatorial, onde era a tónica o "*big mam*", a crença forte no papel do Estado em todas as áreas da economia e a adopção de uma economia centralizada.

Este primeiro período estava vinculado a adopção do regime autoritário para maior parte dos Estados africanos a Sul do sahara entre (1960-1990) anunciava uma nova era influenciada por acontecimentos externos, associados ao contexto internacional que teve grande impacto no continente berço por consequência das guerras por procuração, ingerências político-militares e internacionalização de um conjunto de guerras que emergiram em África desde 1960 até a primeira década do século XXI.

A guerra Fria, entrou abertamente em África nos anos 60 do século XX com o Assassinato de Patrice Lumumba, primeiro líder da actual República Democrática do Congo, por ser suspeito de simpatia ao bloco socialista, pelo apoio ao MPLA e a UPC (União Popular dos Camarões) pelos agentes da CIA, sob olhar da Organização das Nações Unidas (ONU) (Mbokolo, 2011).

Foi neste primeiro período que os Estados independentes da época tentaram procurar unir esforços que se reflectisse numa organização continental, foi nesta base que em 25 de Maio de 1963 se criava a Organização da Unidade Africana – OUA, num contexto internacional de difícil manobras políticas. O surgimento desta organização foi fruto de iniciativas de africanistas como: Kwame Nkrumah do Gana, Sekou Touré, da Guiné Conacry, Leopold Sédar Senghor do Senegal, Juluis Nyrere da Tanzânia, Patrice Lumumba da actual República Democrática do Congo e outras individualidades africanas. Na visão de Indego (2011), a Organização da Unidade

---

<sup>2</sup> Patrick, J. (2003). Journal of modern african studie.

<sup>3</sup> Tsakidi, K. (2008). Journalof de peace research.

Africana mostrou-se eficaz nos primeiros momentos da sua existência, mas não soube lidar com as particularidades dos conflitos internos.

Estas personalidades africanas pensaram em criar uma organização que pudesse unir todos os povos independentes de África, apoiar os povos que ainda lutavam para a sua autodeterminação, com objectivo final de eliminar o colonialismo tradicional no continente africano, o apartheid na África do Sul e forjar a unidade entre os Estados Africanos através da solidariedade e a união dos objectivos. Mas desgastou-se no tempo porque não apresentava propostas que mudassem o cenário mundial (Campbell, 2014).

Esta organização servia para fazer frente aos desafios do momento que eram puramente políticos – independência, ajudar os Estados africanos a encontrarem estabilidades política por causa das guerras civís, golpes de estados e guerras regionais, pretendia ainda servir como um instrumento de pressão a ONU e os países Ocidentais a tomarem uma postura diferente em relação ao continente africano (Van-Dúnem, 2014).

As dinâmicas internas de África e externas de 1990 -1991 marcaram o fim de uma era de conflitos e confrontações, para uma era de democratização, paz, segurança, estabilidade e cooperação, por isso, havia necessidade de se dar início a um processo de reformulação da OUA e introduziram novas dinâmicas endógenas em África marcada pelo início do processo de democratização com fim da bipolaridade internacional.

Neste contexto, África foi marginalizada pelo sistema internacional por consequência da crescente e excessiva dependência económica após a independência que anunciavam cada vez mais o seu declínio político, económico e social, apesar de ser evidente um grande interesse do Ocidente no continente que estava reduzido em alguns países por questões estratégicas e a decidir o que era bom. "(...). A independência sem liberdade, a liberdade incessantemente adiada, a autonomia na tirania (...)" (Mbembe, 2019, p. 44).

Este segundo período estava ligado a adopção do regime democrático entre 1990-1991 influenciado pelo degelar da guerra fria que teve o seu fim com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a desintegração da URSS em 1991. Este momento pós-colonial de democratização enfrentava desafios políticos, económicos e sociais ligados ao

desenvolvimento do capital humano, industrialização e autossuficiência alimentar que marcariam um "*New deal*" de África.

Para orientar este novo período de reorganização política em África, sua democratização, reorientação dos seus desafios sócio-económicos políticos, por iniciativa do então presidente líbio Mouammar Kadhafi (1942-2011) começava o processo de reformulação da OUA que preconizava uma organização mais ambicioso, eficaz e forte que respondesse as modificações do xadrez da política endógena e exógena e particularmente as exigências do século XXI (Brahimi, 2011; Lubaszewski, 2016).

Foi nesta senda que foi realizada a cimeira extraordinária reunida em Sirte (Líbia) em Setembro de 1999, adoptada em Lomé (Togo) em 9 de Julho de 2000 surgiu a União Africana (U.A) que foi solenemente proclamada em Durban na África do Sul em Julho de 2002. O Espírito desta organização, não visava apenas à união de África como o seu promotor pretendia, procurava igualmente criar os Estados Unidos de África que congregaria na altura 53 Estados da altura (Mbokolo, 2011).

Na visão dos signatários UA estava melhor preparada para fazer frente aos desafios do século XXI, a luz das mudanças sociais, económicas e políticas que estavam a ocorrer no mundo com implicação no continente africano, que constituíam impecilhos para o desenvolvimento sócio- económico. A União Africana veio servir como um instrumento para a promoção da paz, segurança, estabilidade, a boa governação, o Estado de direito, o direito de ingerência dos Estados-membros em casos de culpados de crimes contra a humanidade, o direito de intervir para restabelecer e manter a paz e a segurança num Estado-membros em conflitos, a pedido desde, a igualdade entre homens e mulheres entre outros (Ki-Zerbo, 2010).

Para tal, Estados-membros deveriam transferir algumas das suas competências para a Organização no que tange: A paz e segurança continentais; integração das economias; segurança alimentar e erradicação da pobreza; protecção do ambiente; luta contra as epidemias e pandemias seguindo o modelo da União Europeia. A UA veio para ser uma organização mais activa e interventiva visto que foi juricamente vinculativa ao contrário da OUA e ser uma organização que aumentaria o espírito de negociação de África no contexto internacional (Mbokolo, 2011).

Ainda assim perante mérito e demérito, esta organização ao silenciar a sua voz perante o ataque do Ocidente a Líbia deixava uma marca de sangue histórica em 10

de Outubro de 2011 com a morte de um líder africano pelos agentes da Organização do Tratado Atlântico Norte-NATO (Campbell, 2014).

Portanto, os pais das independências em África como: Sekou Toure da Guiné Konacry, Juluis Nyerere da Tanzania, Nkwame Nkrumah do Gana, Jomo Kenyatta do Quênia, Leopold Sêndar Senghor do Senegal, Houphuet-Boigny da Costa de Marfim, Amilcar Cabral da Guiné Bissau e Agostinho Neto de Angola, lutaram, deram as primissas para a liberdade holística, no sentido de criarem uma África sem os problemas de base no século XXI.

Esta geração dos pais das independências, tudo fizeram num contexto político difícil no sentido de se dar o primeiro passo a libertação política, rumo a uma África desenvolvida apoiando-se nos seus recursos estruturais. Esta visão entrava em colapso a partir de 1970-1980 e o seu pensamento afro-optimista começava a tornar-se afro-pessimista por consequência das dificuldades de desenvolvimento e industrialização.

## **1.2. Desafios de África do século XXI**

Após a África passar pelos dois momentos históricos, como: o processo de luta para a sua autodeterminação e o processo de democratização em curso ainda desde o fim do século XX, passou enfrentar desafios de vária ordem que merecem uma reflexão profunda para o seu conhecimento e dali estabelecer ou (des) construir estratégias africanas no sentido de serem ultrapassados.

Assim, do ponto de vista de divisão administrativa, conta com 54 países, com uma extensão de mais de 30 milhões de  $km^2$ . O que mostra grande deponibilidade de terras para o desenvolvimento de projectos que poderiam potenciar o seu desenvolvimento. Tem uma população estimada em 1,3 milhões de habitantes, a ONU prevê que possa duplicar até em 2050, esta população corresponde a 17% da população mundial, que cresce cerca 2,5% ao ano, uma das taxas mais altas do mundo desde 2019, enquanto o resto da população mundial cresce 1,1% desde 2020 e conta ainda com 42 habitantes por  $km^2$  em média ate em 2019 (ONU, 2019).

A étnicidade e a diversidade religiosa apresentam-se como potencialidades que podem estimular o turismo étnico-cultural, por outro lado, a punção demográfica precisa ser desconstruída, se por um lado, coloca a desposição das empresas grande quantidade de mão-de-obra, esta é igualmente uma ameaça, por consequência da

disponibilidade de um exército de mão-de-obra jovem que não consegue encontrar emprego, por consequência da aplicação de políticas públicas dúbias.

Quanto às questões sócio-culturais, conta com mais de 3.000 grupos étnicos heterogêneos, situação que em alguns países esta riqueza étnica constitui uma ameaça para a segurança como na RDC, Sudão, Nigéria e outras, por causa da deficiente democratização e ligação entre o Estado moderno e a etnia e faz surgir fragmentações políticas que pouca ou nenhuma lealdade conservam em relação ao Estado.

A religião cristã compartimentada entre protestantes e católicos que constituem a maioria, o Islamismo em constante expansão com tendências para a sua radicalização particularmente entre jovens excluídos e por ambição territorial como o que acontece na Somália, Nigéria, Moçambique e as crenças tradicionais africanas. Este multiculturalismo remete para desafios, no sentido de equilibrar a interactividade entre o cristianismo e o islamismo do ponto de vista de dinâmicas de relacionamento.

Esta punção demográfica associada a multiculturalismo constitui uma potencialidade e ou ameaça, estas últimas se minimizadas os seus efeitos pelos próprios pensadores africanos com aplicação de políticas públicas sustentáveis e antropocentricas, a África pode se transformar no continente onde as pessoas passam viver com dignidade e com qualidade de vida, tendo em conta as suas reservas de recursos naturais, sócio-culturais e demográficos se estes recursos forem explorados a favor dos africanos, se a África for industrializada tendo em conta as suas potencialidades hídricas que podem servir para a agricultura e a produção de energias limpas.

Por outro lado, os indicadores demográficos remetem a África como a fonte de recursos humanos que precisa ser mais qualificado no sentido de alimentar o mercado nacional e internacional, mas também apresenta-se como um grande mercado de consumo se a industrialização de África for consumada segundo a agenda 2063. A África apresenta-se como um actor incontornável no presente e futuro no que respeita as questões demográficas, climáticas, energéticas e matéria-prima para indústria tecnológica (A África que Queremos, 2015).

Do ponto de vista económico, o continente africano, contava com um crescimento anual do PIB projectado em 4% em 2023 de acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI. Esta questão tem implicações nas questões securitárias dos Estados, por consequência da fragilidade do Estado, emergência de grupos rebeldes

na linha do equador, as disputas de Água particularmente do rio Nilo entre o Egípto, Etiópia, Tanzânia, Uganda e Sudão pelo facto da sua sobrevivência depender desta água particularmente o Egípto após a construção da barragem do renascimento na Etiópia. Ainda a materialização efectiva da Zona de Comércio Livre segundo deverá se tornar a maior área de comércio livre que pode aumentar a competitividade e atractividade de África (Kasaija, 2013).

No contexto internacional, a África enfrenta desafios perante o mundo multipolar (EUA, Rússia, China e a União Europeia) que pretendem implementar uma nova ordem mundial, particularmente com a expansão da China que desde 2013 se tornou o maior parceiro africano, considerando que dos 54 países africanos 46 têm acordos de cooperação comercial com a China, fruto disso, as trocas comerciais entre África e China têm aumentado em cerca de 20 vezes em 20 anos, o grande desafios é que as trocas comerciais africanas para a China apenas têm um peso de 4%, enquanto a Ásia tem um peso de 68% e a América Latina de 12%.

O interesse da China em África suscita desconfiança, (des) construção que os líderes africanos devem começar a pensar nos seus resultados nos próximos anos do século XXI. A economia africana na sua globalidade tem um peso na economia mundial na actualidade insignificante, visto que 9 dos 10 países do mundo com um PIB baixo estão em África, do ponto de vista de recursos naturais.

Portanto, o afastamento dos líderes africanos das instituições financeiras do Ocidente, surge na sequência de verem nestas uma visão neocolonial e ou de controlo ou de fiscalização, por isso, preferem a China que se interessa pelo negócio sem interferência política, ou seja, uma negociação sem cláusulas políticas, mas que pode hipotecar o futuro de África. Nesta perspectiva a África precisa desconstruir a ideia que a solução dos seus problemas está no Ocidente ou fora de África, sem descurar a cooperação bilateral e multilateral. Do ponto de vista político, os líderes africanos através da UA, deverão evitar esforços no sentido da aproximação das organizações regionais que servirão como pilar para a integração e unidade de África na base de ideais pan-africanistas e que permita uma independência holística e estrutural (A África que Queremos, 2015).

Do ponto de vista sócio-económico o desenvolvimento de África entre outros factores, dependerá do capital humano, do agro-negócio, industrialização, produção de energia, minimização da corrupção estatal, aposta da distribuição equitativa da renda através do emprego e o aprofundamento da democracia.

As questões sociais como: epidemias como o vírus ébola e o HIV-SIDA em África até 2012 tinha 28 milhões de pessoas acometidas, os infectados chegam a atingir 25% da população adulta no Botswana e na Zâmbia 1 em cada 4 crianças menores de 15 anos está afectada. As doenças, desemprego, pobreza extrema, corrupção que faz perder 6% do PIB africano anualmente, ausência de políticas públicas antropocentradas, quer dizer, sem impacto social desejado e que não têm em conta o beneficiário, seca e a insegurança impossibilitaram a produção de alimentos e o desenvolvimento das economias africanas (Pazzinato e Senise, 2010).

Do ponto de vista de recursos naturais a África em relação ao resto do mundo conta com 12% de reservas de gás natural; 50% de ouro; 80-90 de cromo, 30% de urânio, 90% cobalto; 50% de fosfato, 40% de platina, 64% de manganês, 70% da produção de cacau. Portanto, mesmo com estas potencialidades, por causa das instabilidades políticas, acelerado níveis de corrupção e as formas estranhas de orientação política, baixo nível tecnológico e de industrialização, associada à maldição dos recursos naturais, ou seja, a África continua a ser "uma vaca leiteira magra", que alimenta e engorda outros contextos externos em detrimento do contexto endógeno.

Tendo em conta as suas potencialidades, a África deve deixar de ser vítima do seu passado colonial, da guerra fria e da maldição dos recursos naturais, visto que já lá passaram 50 anos do colonialismo tradicional, mais de 30 anos do fim da guerra fria, e alguns países africanos com mais de 20 anos de paz política efectiva. Por isso, precisam investir fortemente no sector social (educação, saúde), produtivo e energético, que poderá abrir caminhos para a democratização prática e não constitucional, pôr fim a corrupção, a política *de big man* e clientelismo (Stevens, Lahn & Kooroshy, 2015).

Na visão de Stevens, Lahn e Kooroshy (2015), acrescentava que a maldição dos recursos naturais baseada na teoria económica estruturalista e ou keynesiana ou desenvolvimentista em África particularmente tem como sintomatologia um crescimento económico bastante baixo, as desigualdades de riqueza, camuflagem de implantação de regimes não democráticos, fraca participação dos cidadãos, conflitos sociais e o desrespeito pelos direitos humanos.

Esta maldição de recursos não é o único factor decisivo e explicativo para os conflitos em África e seu atraso económico, a teoria neoschumpeteriana que encontra explicação no dinamismo tecnológico que serve de travagem para a referida maldição e

a teoria neoinstitucionalista que apresenta as instituições fortes como sendo decisivas para o desenvolvimento de África (Stevens, Lahn & Kooroshy, 2015).

Mas a África tem condições objectivas de maldição de recursos naturais olhando para as teorias *neoschumpeteriana* e *neoinstitucionalista* que remetem para desafios no século XXI, vinculados ao uso sustentável dos recursos naturais que são abundantes, os investimentos nas tecnologias por questões securitárias e civís e o fortalecimento das suas instituições para gerar inovação, maior transparência na gestão da coisa pública e confiança nas instituições.

Mais do que (...) décadas da independência, devia ser tempo suficiente, para muitos países ultrapassarem as heranças coloniais e avançarem. África precisa então olhar para si próprio – especialmente para a natureza do seu poder político e das suas instituições de governação. Se há falta de transparência e da prestação de contas na governação, "check-and-balance" inadequados, não adesão ao Estado de Direito, inexistência de meios pacíficos e credíveis de substituir os líderes, ou falta de respeito pelos direitos humanos, o controlo político (...) (Gyimah-Boad, 2004, p. 38).

Estas enfermidades que afectam as "democracias africanas" se fossem minimizadas, maximizar o investimento de qualidade no sector social e produtivo, apressar as reformas políticas essenciais de consenso nacional, poderiam minimizar a delinquência do Estado, a aceleração da lógica predatória dos governantes e pode contribuir para a criação de uma África mais atractiva para o investimento privado estrangeiro, que minimize a fuga de "cérebros" e promova a prática do turismo. O investimento no sector educativo de qualidade, pode permitir educar os africanos para a democracia, saber ouvir o outro e dialogar, uma educação que permite a transformação gradual tecnológica dos países africanos que assegure as questões securitárias e civís (Mazrui e Wondji, 2010).

Os Estados africanos de uma forma geral precisam lutar para afirmar a sua alteridade, ultrapassar a crise antropológica, verificada na dificuldade da autorrepresentação, na vontade de eliminar o outro, explorar ou mesmo diabolizar o outro por ser diferente. Os africanos precisam cultivar a solidariedade com os milhões de africanos que morrem em cada dia de fome e guerras, recuperar o *muntu* africano.

Estas acções podem permitir ultrapassar a crise de que "tudo está bom e a África está no bom caminho" e passarmos a assumir os nossos problemas e transformá-los em desafios para a sua resolução através de uma agenda de consenso africano que passe pelas organizações nacionais, regionais e posteriormente pela União Africana sobre questões fundamentais que podem alavancar a África.

Do ponto de vista político no século XXI a África enfrenta como desafio a nova onda golpes de Estado e tentativas de golpes de Estados que começaram a emergir no novo contexto de "guerra fria", dificuldades de aprofundamento da democracia por consequência da exclusão social, desrespeito pelos direitos humanos, má distribuição da riqueza, corrupção nas estruturas do Estado, mudança na constituição por conta de interesses estranhos à maioria dos cidadãos que remete a golpes de Estado constitucionais e a má gestão da coisa pública (Dallal, 2001).

Portanto, a África precisa estar alinhada com a agenda internacional em questões securitárias, agitadas pelos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América, a quando do ataque às torres gémeas do World Trade Center em Nova York, no sentido de adequar as bases da sua arquitectura de segurança que estavam alinhadas com os Estados socialistas, sobretudo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, actualmente apenas Rússia em contexto mundial bipolar, esta preocupação dos Estados em contexto multipolar apresenta-se como um desafio que os Estados Africanos deverão repensar para projectar o seu poder no contexto internacional se considermos variáveis como: a emergência do terrorismo, branqueamento de capitais, migração, corrupção, tráfico de drogas, tráfico órgãos, tráfico de seres humanos, a pobreza, a etnicidade e o multiculturalismo africano.

## **CONCLUSÕES**

A África deve lutar através da formação integral de quadros qualificados que possam enfrentar os males que corroem o seu tecido e impedem o seu desenvolvimento, realizar reformas políticas estruturais que permitam a aplicação de políticas públicas antropocêntricas baseadas nos ideais pan-africanistas, desconstruir e construir todos aqueles impecilhos que desencorajam o investimento privado estrangeiro, aplicação efectiva do turismo, adoptar mecanismos que permitam uma melhor distribuição da riqueza, respeito do do Estado de Direito e a adopção da transparência política.

A África precisa repensar, discutir ou reformular a sua herança histórico-cultural que pode permitir criar uma idiossincrasia puramente africana, consolidar a democracia, apostar numa educação de qualidade que produza quadros qualificados, pois, só um “cidadão consciente” é capaz de se indagar sobre a sua nacionalidade, suas origens e o exercício da sua cidadania.

A África ficou durante muito tempo na perspectiva defensiva justificando continuamente as suas decisões e escolhas, precisa de uma libertação mental a África deverá assumir a sua autenticidade para estabelecer marcos de identidade, cultura, história, economia, ciência e todos os domínios da sua actividade, por isso, achamos que não precisa passar todo o tempo a provar que tem história – precisa estudar e dar a conhecer a sua versão da história; não precisa explicar continuamente porque usa línguas oficiais que vem dos outros, a África precisa assumir que esse é o caminho escolhido e viver com essa escolha e opção.

Do ponto de vista geoestratégico África apresenta-se como uma região potencialmente rica em recursos naturais que constituem matéria-prima, e estes podem ter uma grande influência na geopolítica interna e externa que deverá estar preparada para estas dinâmicas a fim de mudar a lógica colonial e neocolonial. Os desafios do século XXI que a África enfrenta hoje e amanhã resolvem-se com investimentos sérios no sector social (educação e saúde). A Educação de qualidade é a pedra angular para responder as exigência do século XXI, e deixar de ser marginalizada no contexto internacional;

Um investimento sério nas tecnologias que podem mudar a narrativa africana, sua economia e cooperação internacional e trazer reflexos no sector securitário, na agricultura, na economia, no emprego que lhe trará superioridade estratégica no concerto das nações. Ainda assim, é preciso olhar a África com um olhar êmico e ético, aceitando os nossos problemas e encará-los como desafios a serem vencidos num futuro breve, para se criar uma África para os Africanos e todos os que

escolheram este continente para viver.

## Referências bibliográficas

- A África que queremos (2015). Disponível em <https://au.int/sites/default/files/documents>. Acessado aos 15 de Julho de 2024.
- Campbell, H. (2018). *Global NATO and the catastrophic failure in Libya*. Oxford: Pampazuka press.
- Dallal, A. (2001). *Só a democracia e riqueza derrotam os radicais do Islão*. São Paulo.
- Huntington, S. (1991). *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century Oklahoma*: University of Oklahoma Press.
- Kasaija, P.A. (2013). The African Union (UA), the Libya Crisis and the Nation of African Solution to Africa Problems. *Journal of Contemporary African Studies*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.10180/2589001.2012.761463>. Acessado aos 5 de Maio de 2024.
- Ki- Zerbo, J. (2010) *História Geral de África I. Metodologia e a Pré – História de África*: Brasil. 2ª ed. Ver. Ed. Ministério da Educação – Brasília – Brasil.
- Lubaszewski, N. O. (2016). *Líbia: Importância Estratégica e Inserção Regional (1969-2015)*. Trabalho de Graduação em relações internacionais da Faculdade de Ciências Económicas da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://lume.ufrgs.br/handle/10183/166171>. Acessado aos 20 de Abril de 2024.
- Mazrui, A. A. & Wondji, C. (2010). *História Geral de África. VIII. África desde 1935*. Brasil: UNESCO.
- Mbembe, A. (2019). *Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- M'Bokolo, E. (2011). *História e Civilizações Do século XIX aos nossos dias*. Tomo II. 2ª Ed. Edições Calibri. Lisboa.
- Mello, L.I. & Costa, L.A. (2006). *História Moderna e Contemporânea*. 5ª ed. Editora Scipione São Paulo. Brazil.
- Pazzinato, L. A & Senise, V. H. M (2010). *História Moderna e Contemporânea*. 15ª ed. Editora Ática. São Paulo- Brasil.
- Stevens, P. Lahn, G., & Kooroshy, J. (2015). *The resource curse revisited. In energy, Environment and resources*. Vol. 28.
- Van- Dúnem, B. (2010). *Globalização e Integração Regional em África*. 1ª Ed.. Editora Europress. Angola.
- Vandwalle, D. (2012). *A history of modern Libya*. Nova York: Cambridge University Press.

Vicentino, C. (2006). *História Geral Ensino Médio*. Ed. Scipione. 10ª edição, 4ª impressão. São Paulo. Brasil.

Yindego, Z. (2012). *The African Union: Fouding Principles, Frameworks and prospects*. European Law Journal.

